

INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO DE MARINGÁ

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017



Maringá, 10 de abril de 2019.

Ilmo. Senhor
Diretor Presidente do
INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO DE MARINGÁ.
Maringá – Paraná.

Prezado Senhor,

Encaminhamos, por intermédio da presente, para apreciação e análise de V.Sa., **Relatório dos Auditores Independentes** sobre as demonstrações contábeis levantadas **em 31 de dezembro de 2018.**

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO DE MARINGÁ.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes.....	4 a 7
Balanços Patrimoniais.....	8
Demonstração do Déficit do Exercício.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixas (Método Indireto).....	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	12 a 17

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Ilmo. Senhor
Diretor Presidente do
INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO DE MARINGÁ.
Maringá – Paraná.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO DE MARINGÁ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixas, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO DE MARINGÁ** em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio social e seus fluxos de caixas referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades Sem Fins Lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais.

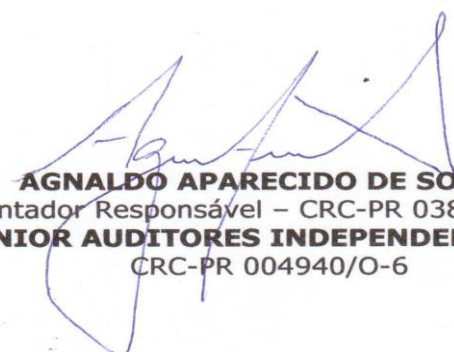
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente

raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá – Pr, 10 de abril de 2019.



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2018	2017	PASSIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		1.168.879,29	1.673.212,28	CIRCULANTE		676.812,74	752.225,34
Caixa e Equivalentes de Caixa		56.566,93	140.545,86	Empréstimos e financiamentos	9	628.644,86	655.826,61
Caixa		3.823,16	824,85	Fornecedores		-	500,00
Bancos c/movimento	4	52.743,77	139.721,01	Obrigações fiscais e tributárias		57,34	75,06
Créditos		1.112.312,36	1.532.666,42	Obrigações trabalhistas	10	29.167,25	40.836,04
Operações de crédito a receber	5	1.088.724,82	1.477.844,23	Provisões	11	17.556,38	26.766,57
Outros créditos a receber	6	23.587,54	54.822,19	Outras obrigações		1.386,91	28.221,06
NÃO CIRCULANTE		624.057,37	770.152,19	NÃO CIRCULANTE		430.361,32	1.059.006,10
Realizável a Longo Prazo		564.001,54	703.027,01	Empréstimos e financiamentos	9	430.361,32	1.059.006,10
Operações de crédito a receber	5	564.001,54	703.027,01	PATRIMÔNIO SOCIAL	12	685.762,60	632.133,03
Investimentos	7	21.666,19	18.475,47	Patrimônio social		632.133,03	663.063,40
Imobilizado	8	36.409,14	46.669,21	Superávit/déficit do exercício		53.629,57	(30.930,37)
Intangível		1.980,50	1.980,50				
TOTAL DO ATIVO		1.792.936,66	2.443.364,47	TOTAL PASSIVO E PATR.LÍQ.		1.792.936,66	2.443.364,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO DE MARINGÁ
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	2018	2017
Receita Operacional Bruta		
Receitas de operações de créditos	1.154.606,62	1.298.222,65
(=) Superávit bruto	1.154.606,62	1.298.222,65
(-) Despesas operacionais	1.100.977,05	1.334.551,02
Encargos c/ Cap. De Recursos	138.199,83	152.268,69
Despesas c/ Perdas de Oper. De Créditos	89.698,86	110.419,37
Despesas com Créditos Liq. Duvidosa	89.318,21	109.105,17
Despesas com pessoal	444.004,42	566.752,44
Despesas gerais	277.733,65	305.160,51
Despesas c/ Depreciação	13.072,07	16.789,47
Despesas tributárias	7.015,23	6.901,91
Despesas financeiras	41.934,78	67.153,46
(+) Outras receitas	-	5.398,00
Déficit/Superávit do exercício	53.629,57	(30.930,37)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO DE MARINGÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

MOVIMENTAÇÃO	Patrimônio Social	Superávit/ Déficit	TOTAL
Saldo em 31/12/2010	476.623,29	(108.042,63)	368.580,66
Superávit do Exercício	-	47.359,47	47.359,47
Saldo em 31/12/2011	476.623,29	(60.683,16)	415.940,13
Déficit do Exercício	-	(4.827,10)	(4.827,10)
Saldo em 31/12/2012	476.623,29	(65.510,26)	411.113,03
Superávit do Exercício	-	144.472,47	144.472,47
Saldo em 31/12/2013	476.623,29	78.962,21	555.585,50
Transf.p/patrimônio social	78.962,21	(78.962,21)	
Superávit do Exercício	-	97.105,60	97.105,60
Saldo em 31/12/2014	555.585,50	97.105,60	652.691,10
Transf.p/patrimônio social	97.105,60	(97.105,60)	-
Superávit do Exercício	-	105.338,23	105.338,23
Saldo em 31/12/2015	652.691,10	105.338,23	758.029,33
Transf.p/patrimônio social	105.338,23	(105.338,23)	-
Déficit do Exercício	-	(33.466,20)	(33.466,20)
Saldo em 31/12/2016	758.029,33	(33.466,20)	724.563,13
Transf.p/patrimônio social	(33.466,20)	33.466,20	-
Ajuste de exercício anterior	(61.499,73)	-	(61.499,73)
Déficit do Exercício	-	(30.930,37)	(30.930,37)
Saldo em 31/12/2017	663.063,40	(30.930,37)	632.133,03
Transf.p/patrimônio social	(30.930,37)	30.930,37	-
Superávit do Exercício		53.629,57	53.629,57
Saldo em 31/12/2018	632.133,03	53.629,57	685.762,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO DE MARINGÁ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS (Método Indireto)

Em 31 de dezembro
(Valores expressos em reais)

1 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
Déficit do exercício	53.629,57	(30.930,37)
Depreciação e amortização	13.072,07	16.789,47
Redução das operações de créditos	528.144,88	67.798,89
Redução dos outros créditos	31.234,65	46.407,17
Redução dos fornecedores	(500,00)	(1.175,00)
Aumento/redução das obrigações fiscais e tributárias	(17,72)	(4.698,54)
Redução/aumento das obrigações trabalhistas	(11.668,79)	1.261,30
Redução/aumento das provisões	(9.210,19)	3.424,36
Redução/aumento das outras obrigações	(26.834,15)	28.221,03
Caixa gerado pelas atividades operacionais	577.850,32	127.098,31
2 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento dos Investimentos	(3.190,72)	(2.698,32)
Aumento do imobilizado	(2.812,00)	(18.101,28)
Aumento do intangível	-	(0,04)
Caixa tomado pelas atividades de investimentos	(6.002,72)	(20.799,64)
3 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Redução dos empréstimos e financiamentos	(655.826,53)	(166.561,54)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(61.499,73)
Caixa tomado pelas atividades de financiamentos	(655.826,53)	(228.061,27)
4) Redução das disponibilidades	(83.978,93)	(121.762,60)
5) Disponibilidades no início do período	140.545,86	262.308,43
6) Disponibilidades no final do período	56.566,93	104.545,86

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO DE MARINGÁ
CNPJ/MF 04.516.513/0001-01
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS
EM 31 DE DEZEMBRO de 2018 e 2017.

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO DE MARINGÁ** foi constituída em 21 de maio de 2001 com os objetivos voltados para:

- Promover o desenvolvimento econômico e social e políticas de combate à pobreza do Município ou da região de atuação;
- Disponibilizar mecanismos de créditos alternativos, sem fins lucrativos;
- Fornecer assistência aos empreendimentos e às iniciativas empresariais;
- Estimular a integração de micro e pequenas empresas;
- Oferecer treinamentos e cursos para requalificação e identificação de novas oportunidades;
- Desestimular o mercado informal, fomentando grupos de trabalhos formais;
- Incrementar o associativismo;
- Disponibilizar novos modelos de produção em forma de consorciamento ou condomínios;
- Integrar as atividades de produção com centros de tecnologia e de certificação;
- Disponibilizar mecanismos de apoios com o mercado;
- Operar em condições compatíveis com a remuneração justa do capital;
- Prestar os serviços de forma ágil, flexível e desburocratizada.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com os preceitos da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), considerando ainda as Normas Brasileiras de Contabilidade, em específico a Resolução CFC nº 1409/12, que aprova as Interpelações Técnicas Gerais – ITG 2002, Entidade sem Finalidade de Lucros.

NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas foram as seguintes:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas de acordo com o Regime de Competência.

b) Provisão para Perdas de Créditos

As provisões para perdas de créditos são constituídas com base nos parâmetros da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil – BACEN, levando-se em consideração o risco das operações, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas contemplando os aspectos determinados na referida resolução.

c) Depreciação dos Bens

Os bens do ativo imobilizado da Instituição foram depreciados considerando o método linear, utilizando as seguintes taxas:

- Computadores: 20% a.a.
- Instalações: 20% a.a.
- Máquinas e equipamentos: 20% a.a.
- Móveis e utensílios: 10% a.a.

NOTA 04 – BANCOS CONTA MOVIMENTO

A composição do saldo bancário em 31 de dezembro de 2018 era a seguinte:

Banco Conta Movimento	2018	2017
Banco Sicoob c/c 1084-7	13.161,75	16.364,97
Banco Sicoob c/c 16.534-4	8.988,29	42.412,75
Banco Sicoob c/c 21.998-3	27.332,19	76.798,86
Caixa Econômica Federal - 1486/5	3.261,54	4.144,43
Total	52.743,77	139.721,01

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITOS A RECEBER

A composição era a seguinte:

Operações de Crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Emprest. Fdo Próprio - Cheques	41.278,90	-	41.278,90	61.111,00
Emprest. Fdo Próprio Giro - Com./Serv./Prod. (Renegociação)	53.298,91	-	53.298,91	74.250,92
Emprest. Fdo BNDES Fixo - Produção	30.724,31	18.850,51	49.574,82	81.534,44
Emprest. Fdo BNDES Fixo - Comércio	87.767,42	45.605,42	133.372,84	167.287,68
Emprest. Fdo BNDES Fixo - Serviço	281.885,87	378.038,09	659.923,96	551.914,99
Emprest. Fdo BNDES Fixo - Agricultura	10.642,90	-	10.642,90	9.578,61
Emprest. Fdo BNDES Giro - Produção	29.418,98	5.709,52	35.128,50	69.210,98
Emprest. Fdo BNDES Giro - Comércio	116.426,35	110.236,72	226.663,07	432.357,52
Emprest. Fdo BNDES Giro - Serviço	244.966,48	124.373,48	369.339,96	611.316,34
Emprest. Fdo BNDES Giro - Agricultura	-	-	-	-
Emprest. Fdo BNDES Fixo - Serv./Prod. (Renegociação)	9.814,54	-	9.814,54	3.046,94
Emprest. Fdo BNDES Giro - Com./Serv./Prod. (Renegociação)	220.451,11	-	220.451,11	284.183,96
Emprest. Fdo LDA Fixo - Produção	7.203,25	-	7.203,25	9.138,75
Emprest. Fdo LDA Fixo - Comércio	8.680,54	29.126,57	37.807,11	32.014,82
Emprest. Fdo LDA Fixo - Serviço	55.556,41	48.238,87	103.795,28	139.901,83
Emprest. Fdo LDA Fixo - Agricultura	6.619,40	-	6.619,40	-
Emprest. Fdo LDA Giro - Produção	2.346,02	11.846,63	14.192,65	6.802,68
Emprest. Fdo LDA Giro - Comércio	29.191,27	-	29.191,27	83.879,31
Emprest. Fdo LDA Giro - Serviço	66.515,42	32.824,57	99.339,99	105.207,11
Emprest. Fdo LDA Giro - Agricultura	-	-	-	4.926,72
Emprest. Fdo LDA Fixo - Com. (Renegociação)	-	-	-	-
Emprest. Fdo LDA Giro - Com./Serv./Prod. (Renegociação)	40.009,65	-	40.009,65	89.191,44
(-) Rendas Apropriar	(226.383,82)	(240.848,84)	(467.232,66)	(609.854,34)
(-) Prov. p/ Perdas de Créditos	(27.689,09)	-	(27.689,09)	(26.130,46)
Total	1.088.724,82	564.001,54	1.652.726,36	2.180.871,24

Os empréstimos a receber englobam valores liberados a pessoas físicas e jurídicas cujos vencimentos são menores que o término do exercício seguinte à data do Balanço Patrimonial.

Rendas a apropriar são encargos financeiros das operações de créditos que estão compondo o valor dos empréstimos a receber.

Provisão para perdas de créditos é feita para cobrir as perdas estimadas na cobrança das contas a receber, embora as despesas com esta provisão não sejam mais dedutíveis da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

A composição da carteira de contas a receber em vencidos e a vencer está demonstrado a seguir:

Vencimento	Vencidos
até 30 dias	156.418,41
31 à 60 dias	53.283,95
61 à 90 dias	21.352,27
91 à 120 dias	19.347,07
121 à 150 dias	3.295,71
150 à 180 dias	21.341,69
com mais de 181 dias	-
Total Vencidos	275.039,10
A vencer	1.872.609,01
(-) Rendas a apropriar	(467.232,66)
(-) Provisão para perdas	(27.689,09)
Total líquido	1.652.726,36

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A conta estava assim composta na data base:

Outros Créditos a Receber	2.018	2.017
Depósitos bancários a liberar	3.623,00	13.423,47
Cheques a depositar	1.568,00	6.561,78
Créditos a receber	18.396,54	34.836,94
Total	23.587,54	54.822,19

NOTA 07 – INVESTIMENTOS

O saldo de R\$ 21.666,19 (R\$ 18.475,47 em 31/12/2017) se refere a saldo de conta capital junto ao Banco Sicoob.

NOTA 08 – IMOBILIZADO

O valor de R\$ 36.409,14 (R\$ 46.669,21 em 31/12/2017) estava composto pelos bens imobilizados utilizados pela Instituição (Veículos, computadores, móveis e utensílios, equipamentos, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros etc.) na operacionalização das atividades.

NOTA 09 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição em 31 de dezembro de 2018 era a seguinte:

Financiamentos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total Geral	
Instit. Comunit. De Cred. De Lda - Casa do Empreendedor	123.993,92	46.497,72	170.491,64	339.233,66
Banco Nacional de Des. Eon. Social - BNDES	535.807,01	401.855,26	937.662,27	1.463.929,93
(-) Juros a Pagar s/ Financiamento	(31.156,07)	(17.991,66)	(49.147,73)	(88.330,88)
Total	628.644,86	430.361,32	1.059.006,18	1.714.832,71

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

A composição em 31 de dezembro de 2018 era a seguinte:

Obrigações Trabalhistas	2018	2017
Salários e Ordenados	17.440,72	18.258,85
13o. Salário a Pagar	-	1.260,00
INSS a Recolher	6.237,95	12.067,45
FGTS a Recolher	2.464,08	3.146,13
PIS s/ folha pgto a Recolher	874,10	776,85
IRRF s/ Trabalho Assalariado a Recolher	2.150,40	5.326,76
Total	29.167,25	40.836,04

NOTA 11 – PROVISÕES

O valor de R\$ 17.556,38 (R\$ 26.766,57 em 31/12/2017) refere-se às provisões de férias e encargos sociais contabilizadas até a data do balanço.

NOTA 12 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio líquido social é composto pelo Patrimônio Social, acrescido do superávit e déficit acumulados nos exercícios, destinado, conforme estatuto social, à manutenção dos objetivos da instituição.

NOTA 13 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Entidade não possui contingências passivas de natureza tributária, trabalhista ou civil na data das demonstrações contábeis.
